

Ilha de Itaparica (Brasil): Interações entre cultura e espaço

FERNANDO ROQUE DE LIMA*

A ilha de Itaparica representa um amplo e variado universo de recursos ambientais e culturais digno de ser preservado e estimulado, dado sua representatividade e riqueza, como elemento que propicia o desenvolvimento local subsidiado por múltiplas referências concatenadas para a obtenção do bem comum.

Estudar as características sociais que realçam a identidade cultural de uma região é uma atividade que poderá contribuir para a compreensão de um dos itens mais significativos da sociabilidade tecida no cotidiano humano.

Neste texto observa-se a discussão e análise de situações onde a influência do Turismo na redefinição sócio-econômica do espaço se fez notar enfaticamente. São discutidas as experiências vivenciadas pelos municípios que compõem a Ilha de Itaparica, localizada na região do Recôncavo, Estado da Bahia, Brasil.

O turismo, enquanto agente “modernizador”, tem suscitado a reflexão de muitos especialistas. As abordagens são de variada ordem. Aqui realçamos as múltiplas determinações que propiciaram a incorporação, pelas áreas receptoras, dos elementos que mobilizam a atividade turística em sua performance de sorver os bens e produtos do local visitado, pautando-se numa lógica de uso e descarte.

A Ilha de Itaparica, em sua quase totalidade territorial, experimentou um processo de reordenamento do uso do espaço e do tempo, tendo em vista a convivência com o turismo/veraneio em sua dimensão sazonal. Contudo, uma pequena parte de seu território - localizada na contra-costa, se manteve infensa às investidas das ações concebidas no âmbito da atividade turística. A singularidade do *ethos* local será examinado neste texto, especialmente em relação ao povoado denominado Baiacu.

* Professor das Universidades Estaduais UNEV, UEFS e UNIFACS. Este texto é um esboço do Projeto de pesquisa em desenvolvimento no curso de Doutorado em Análise Geográfica Regional; o autor tem como orientadora de estudos a Professora Montserrat Jardí i Porqueras, da Universidade de Barcelona.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Sendo a maior das 56 ilhas que pontilham a Baía de Todos os Santos, a ilha de Itaparica, na região metropolitana de Salvador, é constituída por dois municípios – Itaparica e Vera Cruz – que totalizam uma área de 246 km², sendo 211km² referentes ao município de Vera Cruz e os restantes 35km² concernem a Itaparica.

Quanto à sua localização, a Ilha, enquanto unidade territorial, apresenta os seguintes indicadores: Latitude = 12° 53' 19" e Longitude = 38° 40' 43".

Com uma população de 17.975 residentes, distribuídos em seus 35km², Itaparica conta com alguns povoados: Amoreiras, Manguinhos, Misericórdia, Ponta D'areia e Porto dos Santos.

O município apresenta a seguinte configuração: Ao norte e a leste limita-se com a Baía de Todos os Santos; ao sul, com o município de Vera Cruz; a oeste com o município de Salinas da Margarida.

Sua sede municipal, em relação a Salvador - capital do Estado da Bahia - fica distante 12 milhas por via marítima, que podem ser percorridas por meio de barcos, navios, saiveiros e pelas embarcações do sistema Ferry-Boat.

Por sua vez, o município de Vera Cruz, limita-se ao norte com o município de Itaparica; ao sul e a leste com o oceano atlântico, e, a oeste com os municípios de Jaguaripe e Salinas da Margarida. Está a 6 milhas de distância de Salvador, por via marítima,

As 27.628 pessoas que residem no município, estão distribuídas em 4 distritos e alguns povoados.

Itaparica é a única instância hidromineral do país localizada à beira-mar. Sua população é preponderantemente urbana. No município de Itaparica, a taxa de urbanização é de 100%, ao passo que este percentual decresce para 93,41% quando nos referimos ao município de Vera Cruz.

Nos municípios de Vera Cruz e Itaparica o clima apresenta-se quente durante todo o ano. No período entre os meses de Abril a Agosto registra-se o maior índice de pluviosidade. A ocorrência de chuvas com trovoadas é verificada nos meses de Novembro e Dezembro. Registra-se uma precipitação pluviométrica superior a 2.000 mm, e a umidade média relativa do ar oscila em torno de 80,7%. Merece registro o fato de, nestes municípios, haver pouca ou nenhuma nebulosidade durante o verão. Os ventos que predominantemente sopram são os alísios de N e NE, tornando extremamente agradável a vivência neste local.

Os quadros seguintes trazem informações que complementam a breve caracterização demográfica da área em estudo:

Ilha de Itaparica
População residente e taxa de crescimento 1980 - 1996

	População Total		Taxa de crescimento (%)			
	1980	1991	1996	91 / 96	80 / 91	80 / 96
Total do Estado	9.454.346	11.870.991	12.541.745	1.11	2.09	1.78
Região metropolitana de Salvador	1.766.582	2.499.521	2.709.084	1.62	3.21	2.71
Itaparica	10.877	15.055	17.975	3.61	3.00	3.19
Vera Cruz	13.743	22.136	27.628	4.53	4.43	4.46

Ilha de Itaparica
População Residente - 1996

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total do Estado	12.541.745	6.183.124	6.358.621
Região metropolitana de Salvador	2.709.084	1.287.072	1.422.012
Itaparica	17.975	8.853	9.122
Vera Cruz	27.628	14.043	13.585

Fonte : Anuário Estatístico da Bahia – SEI – Governo da Bahia – 1997

A CONTINENTALIZAÇÃO DA ILHA DE ITAPARICA

A escolha da Baía de todos os Santos para a efetivação do povoamento do Brasil, erigindo a cidade do Salvador, capital administrativa, política, econômica e militar, implicou na ocupação de pontos estratégicos para o domínio da comunicação e rotas de transporte. A Ilha de Itaparica, por sua localização, oferecia-se como uma base multifuncional para as relações com o Recôncavo, onde precisamente se implantaram as principais atividades econômicas da colônia.

As povoações, no início da colonização, sempre tiveram como pré-requisitos as facilidades com o mar, e nelas buscava-se o que se pudesse coletar, inclusive índios como mão-de-obra ou alvos da obstinada catequese dos jesuítas.

Essas povoações tinham objetivos diversos, entre eles a concentração da população indígena para a catequese, domesticação culturalmente dirigida para o domínio dos comportamentos e do imaginário, cujo benefício imediato para os colonizadores era a neutralização de conflitos, assegurando o processo de implantação das fazendas e outras atividades produtivas.

A importância da Ilha de Itaparica no âmbito metropolitano é plural e significativa; abrange a própria formação histórica de Salvador, do Recôncavo e da Bahia. É um patrimônio histórico, natural e econômico que a cada dia adquire uma expressão maior na região metropolitana de Salvador.

Na atualidade, o evento histórico que demarca dois momentos distintos na caracterização da ilha de Itaparica, e seu papel no contexto metropolitano é a implantação do sistema ferry-boat, no início dos anos 70. Este fato alterou as relações entre a Ilha e o contexto Metropolitano, o que possibilitou romper o relativo isolamento da Ilha que, de algum modo, passou a assumir uma conotação “continental”, já de um lado experimentada com a ponte do funil, que a liga ao Recôncavo por rodovia, e, de outro, com os navios do sistema ferry- boat, que a integram a Salvador. Naquele momento, sua precária economia encontrava-se em decadência. Isso possibilitou a abertura de um grande espaço para o exercício da especulação do solo, devido ao aparecimento de clientela de lotes estimulada pelo sistema de transporte ligando a Ilha ao continente, quase ao mesmo tempo houve a desativação do transporte por saveiros e do porto da rampa do mercado. Em maior parte esses saveiros tornaram-se embarcações turísticas, pequenas escunas, etc. Exemplo de substituição de funções de elementos outrora pertencente a uma outra ordem econômica e cultural.

Um intenso fracionamento do solo, a implantação de grandes empreendimentos turísticos, o aumento da rede hoteleira e de outros equipamentos empresariais propiciaram a incorporação da Ilha de Itaparica ao processo dinâmico da economia regional e a Continentalização da Ilha. Com isso houve a expulsão da população nativa para a periferia das vilas e cidades na direção da rodovia BA-001, que corta a Ilha longitudinalmente.

A DESARTICULAÇÃO DA ATIVIDADE DE PESCA

A tradição pesqueira da Ilha de Itaparica remonta ao início da colonização brasileira. Durante um longo período sua economia esteve sustentada principalmente pela atividade de captura e beneficiamento de derivados da baleia.

Com o advento do *ferry-boat*, a pesca - base econômica de expressiva parcela da população da Ilha, sofreu um profundo impacto com a rearticulação sócio-econômica experimentada por Itaparica neste processo de *continentalização*, tornado-se um balneário para as populações do recôncavo sul e da própria Salvador, além de sua dimensão internacional projetada por investimentos hoteleiros do gênero do Mediterrâneo.

Neste processo, a expansão urbano-turística contribuiu para a deterioração das tradicionais atividades de sobrevivência de significativo contingente de sua população, especialmente os segmentos ligados à pescaria. O "progresso", o turismo/veraneio não se reverteram em melhores condições de vida para os nativos, senão para um pequeno grupo que se incorporou aos serviços de apoio à hotelaria.

Fonte de subsistência e de valor de troca, as atividades de pesca vêm sofrendo uma degradação nos processos de captura, afetando diretamente a vida das pessoas que dependem desta atividade econômica. Diversos elementos vêm contribuindo para esta situação.

O processo de expulsão e expropriação dos meios de produção dos pequenos pescadores tem-se desenvolvido de diversas formas, além da oriunda da especulação imobiliária. Vale a pena ressaltar, no entanto, a progressiva destruição da vida marinha pela poluição industrial e pela pesca predatória, tanto profissional como a amadora, notadamente com o uso de explosivos. Uma dessas formas indiretas advém da concorrência que sofrem dos barcos e técnicas de capturas mais modernizados tornando a produção irrisória. Acrescente-se a isso a depredação do meio ambiente provocada pela pesca de "arrastão" que extermina e/ou expulsa os peixes para mar afora, tornando assim impossível o acesso aos recursos ictiológicos via instrumentos rudimentares de produção - que passam a ser improdutivos.

Nem todos os pescadores - que desenvolvem o trabalho de pesca como atividade de subsistência e em reduzida escala como valor de troca - possuem instrumentos produtivos, e, mesmo aqueles que os tenham não são donos de todos os meios suficientes à realização de uma pescaria: uns possuem apenas a embarcação, outros o espinhel ou a rede. Esta situação permitiu o surgimento de uma relação de trabalho denominada "parceria". Esta é uma forma de relação social de trabalho, em que o produto é distribuído pelos trabalhadores proporcionalmente à contribuição que cada um dá para a produção.

O fato de apenas alguns possuírem meios de produção permitiu que, com o surgimento de novas necessidades provenientes da "urbanização-mercantilizada, passassem a utilizar o trabalho daqueles que só contavam com sua força de trabalho - não mais a título de colaboração espontânea na execução de uma tarefa, cujo produto muitas vezes era repartido de acordo com as necessidades de cada um e não por imposição de regras ditadas pelos proprietários de pesca - mas como fonte de acumulação.

A CONTRA-COSTA

Com todas as transformações que se processaram no espaço da Ilha de Itaparica depois dos eventos do *ferry-boat* e da Ponte do Funil, que a anexaram, de algum modo, ao continente, a contra-costa, permaneceu quase que intocada. Sem os atrativos turísticos - praias belas, de areia branca, boas de se banhar - ao contrário, é formada de mangues que engolem os pés e as mãos dos que neles andam e catam caranguejos e mariscos. Apresentam uma paisagem monótona quando o dia é nublado e chuvoso, lá só estão os que têm negócios ou vivência tradicional.

A contra-costa é uma área inserta no ecossistema do mangue, se encontra em uma relativa distância dos principais aglomerados de beira-mar. A vida ligada ao mar não se modificou muito com o veraneio, permanece mais ou menos original. Uma das razões que explica esse isolamento é a não disponibilidade de atrativos turísticos convencionais - sobretudo lazer, praias e equipamentos lúdico-etílicos.

Boa parte desta área até então se mantêm infensa às transformações estruturais, suscitadas pelo processo de urbanização que influencia as relações sociais, propiciando mudanças de comportamento e costume devido aos imperativos da modernização. Esta, por sua vez, faz com que as instituições sociais experimentem mudanças ou atualizações com a nova configuração social.

O canal de tráfego marítimo utilizado pelas embarcações de passageiros e mercadorias que navegavam entre as nucleações do Recôncavo e Salvador “dinamizava” a economia das localidades da ilha, especialmente as da contra-costa, pois era desse lado da ilha que se dava a rota de tráfego.

Neste caminho de águas presas, mar tranqüilo, os saveiros que vinham de Nazaré, Maragogipe, Jaguaripe, carregavam madeiras, cerâmicas, farinha, frutas além de produtos do mar. Dos pés de côco de pindoba extraía-se a piaçava que se transformava em cordas para embarcações, além de ser útil no fabrico de vassouras que eram comercializadas na capital. Comumente bordejavam a contra-costa parando, algumas vezes, nas localidades onde recebiam e deixavam recados; acertavam negócios para a próxima parada. Além das mercadorias levavam gente que perdera o horário do navio ou que simplesmente preferiam a suave viagem nas lanchas de grandes velas. Depois de um ou dois dias, estavam de volta levando em seus compartimentos de cargas, produtos alimentícios, vestuários, entre outros produtos.

Se na Costa Leste - local mais nobre, portanto valorizado - houve uma nova articulação sócio-econômica que se refletiu no uso do espaço e nas relações sociais de produção, na contra-costa, zona de mangue - menos valorizada para o turismo - a vida dos nativos não experimentou grandes transformações.

Por não se constituir num local atrativo para os capitais relacionados ao turismo/ Lazer, principal característica da Ilha de Itaparica, a contra-costa, em geral, preservou-se como uma área onde se localizam comunidades que tradicionalmente são ligadas à pesca e à mariscagem, apesar das transformações acentuadas ocorridas no outro lado da Ilha.

As águas que banham a Contra-costa, desde a ponta das baleias (Itaparica) até Jaguaripe, são mansas, mar preso. Antigo canal de tráfego marítimo, ao longo desse corredor de águas estão assentadas muitas comunidades pesqueiras: Misericórdia, Baiacu, Ponta-Grossa , entre outras que estão situadas na Ilha. Por outro lado - ao sul - situadas no continente, se encontram Encarnação, Caçoes, Mutá, Pirajulia, Salinas das Margaridas. Estas compõem as aglomerações humanas debruçadas sobre o mar, olhando-se mutuamente.

É nesse espaço delimitado por horizontes visíveis que os pescadores vão em busca dos peixes que por aí passam ou que aí têm seu habitat contumaz.

Diversamente do litoral, na Contra-costa , o trabalho de pesca é mais seguro, mesmo quando ocorre tempestades. A tranqüilidade das águas permite mais facilmente localizar os peixes deslizando pela superfície. Ainda comparando com o litoral, a atividade de pesca, na Contra-costa, é exercida durante todo o ano, pois as chuvas não são um impedimento aos pescadores, já que na contra-costa o mar é “preso”. Fato que explica a ocorrência se muitos pescadores de outras localidades que vão em busca dos frutos do mar, em condições de trabalho mais seguras.

A Ilha de Itaparica, em sua quase totalidade territorial, experimentou um processo de reordenamento do uso do espaço e do tempo, tendo em vista a convivência com o turismo/veraneio em sua dimensão sazonal. Contudo, uma pequena povoação - Baiacu - localizada na contra-costa, se manteve infensa às investidas das ações concebidas no âmbito da atividade turística. A singularidade do *ethos* local merece ser examinada:

Ao longo dos anos, Baiacu foi um porto de pesca, apoiado por uma pequena agricultura. À medida em que a questão indígena foi resolvida pelo extermínio progressivo, a povoação deslocou-se mais para próximo do mar, pois este tornou-se a principal fonte de alimentos. Os moradores especializaram-se nas artes de pesca e mariscagem e gerações sucessivas aperfeiçoaram esta intimidade com o mar e com os desígnios da natureza.

Amadureceu, então, uma cultura de beira mar, de mar de mangue. A povoação constituiu identidade de lugar pobre, de gente pobre, que vive nos ritmos do mar, sossegada, quotidiana, previsível, aprisionada ao tempo.

Os mais jovens se vão em busca de trabalho e de educação. Ficaram uns poucos, os que seguiram o destino dos pais - a pesca, a mariscagem, o pequeno comércio - na intrincada rede de socialidade que faz de muitas comunidades localizadas nesta área, uma espécie de grande família que se estende pelos contratos de casamento, amigamento e compadrio, no pleno domínio da intimidade social. Todos se sabem, a vida é pública, a privacidade praticamente não existe, a socialidade é marcante.

A tranquilidade do mar facultava a pesca com canoas a vela e a remo. A fartura do mar transformou Baiacu em um dos principais centros de abastecimento de pescados e mariscos, tanto para a própria Ilha como para Salvador.

O mar, propiciando a satisfação das necessidades de subsistência, a qualquer hora, não estimulou o trabalho com o intuito de promover valor de troca, consequentemente não proporcionava a formação de excedentes que pudessem tornar-se capital.

Os pescadores vão ao mar de águas presas, tranquilas, em canoas movidas a remo e vela que singram suavemente as águas que banham o sul da Ilha.

Os segredos do ofício de pescador compõem um arsenal acumulado de conhecimentos adquiridos ao longo de séculos, cujas características remontam à tradição deixada pelos indígenas nativos, com suas técnicas e métodos próprios, passando pelas contribuições trazidas pelos Portugueses desde o período colonial.

A iniciação teórico-psicológica sobre a vida no mar e os segredos do ofício que são transmitidos pelo pai, parente ou amigos, aliados à acumulação de experiência prática conduzem ao conhecimento das fainas marítimas. Seu conhecimento sobre marés, ventos, costumes dos peixes; o saber-fazer do pescador o caracterizam como um trabalhador completo, diverso do operário da indústria que trabalha em pontos especializados da linha de produção de orientação taylorista, por exemplo.

A liberdade está associada ao conhecer adquirido ao longo dos anos de experiência, algo diferente do saber-fazer. Sabedoria não se traduz no manuseio de um apetrecho de pesca, ao contrário, em situações onde se faz necessário saber onde e quando utilizá-lo. Isto é, além do domínio da técnica, se exige também o conhecimento do comportamento, da natureza dos peixes.

Entre as variedades de peixes, existentes nas águas que circundam a Ilha, encontram-se em profusão, o Xangó. Este peixe - tanto quanto o Baiacu - tem um significado importante na construção da socialidade das pessoas que vivem na contra-costa, especialmente no povoado denominado Baiacu. A natureza, normalmente tem sido generosa com a gente deste povoado. Diariamente, as pessoas mais necessitadas vão ao porto "buscar sua moqueca" de xangó, isto é, recebem gratuitamente uma porção generosa deste pescado, ofertada pelos pescadores, ao chegar de suas fainas marinhas. Tal situação torna-se possível em razão de haver uma grande quantidade desta espécie de pescado, que proporciona sua retenção em significativo montante. Além de seu baixo valor de mercado, a sua existência em grandes cardumes, ofertada pela natureza, torna seu valor de troca extremamente baixo. Mesmo as atividades de beneficiamento deste pescado, que ocupa muitas famílias que habitam este lado da ilha, não têm absorvido a expressiva oferta deste peixe. Por isso, os pescadores põem generosamente o xangó à disposição de todos os que o desejarem.

Este momento é vivido com um clima de confraternização entre os habitantes da localidade. Os pescadores sentem prazer, uma satisfação orgulhosa, em oferecer o peixe aos seus amigos, parentes, compadres, vizinhos e até possíveis desafetos. Estes, cada um a seu

modo, são agradecidos, e, certamente esta interação torna cada vez mais sólidos os já primários laços sociais, tecendo uma rede de reciprocidade que regula e garante a reprodução social.

Em circunstâncias onde imperassem a lógica de mercado - em sua acepção clássica - certamente se recorreria ao expediente de inutilizar o bem produzido para manter seu valor de troca no mercado. Entretanto, na situação descrita, a racionalidade inserta na iniciativa dos pescadores pauta-se em princípios de valor que encerra uma dimensão humanista de feição religiosa. Vale a pena ressaltar que a disposição de ofertar o pescado a quem necessita, não se limita ao peixe Xangó. A solidariedade se manifesta em outros momentos.

De certo modo - estendendo um pouco o conceito de Ivam Illich - poderíamos considerar que esta disposição solidária, antes referida, se insere em um contexto denominado de *“sociedade convivencial, uma vez que nesta os bens de consumo coletivo está à disposição das pessoas integradas e não ao serviço de um corpo de especialistas”*.

O mar é sempre imenso, mesmo na contra-costa da Ilha, onde os horizontes são próximos. A imensidão do mar está mais nos vazios da alma do que nas terras por se avistar ou que são presentes na imagem fixa da paisagem familiar.

Em terra, o mar, e não estar nele agora, mas ser um esperado de uma hora certa, que se lê nas nuvens, nos ventos, na noite, na intuição dos mestres. Em terra o tempo escoava devagar, pois em terra não há porto por chegar, caminho a percorrer, só a angústia de partir quando for a hora que o tempo anunciar.

Devanear é um exercício constante para encher os dias de sentido, com gestos sem finalidade explícita. Enquanto espera a noite, quando vão olhar onde andam os peixes, vão sorvendo uma cerveja, uma cachacinha, que nem a maré no movimento de encher e vaziar.

As segundas-feiras são dias sem movimento para o comércio de peixes - em razão de não se trabalhar aos domingos - não há comércio regular de peixes na segunda-feira. A saída para o mar vai se dar à noite, então, durante o dia - como uma espécie de prolongamento do domingo - mas sem a solenidade deste, a segunda-feira adquire uma função de feriado profano em que tudo é permitido, pois nenhuma reserva de cunho religioso é feita.

O tempo não preenchido pelo trabalho é, normalmente, comprometido com conversas, jogos, brigas de galo, mediados pela bebida: cerveja, cachaça, vinhos e pingados. O uso da bebida é cotidiano e extensivo. Apesar disto, não são todos os que se enquadram como bebedores, pois alguns são notórios, gente que está sempre mareada, fazendo festa. A bebida é fator de socialidade e tem o seu papel como fornecedor de calorias para estimular o trabalho, esquentar o frio e dar coragem. Coragem para as fainas do mar e propensão ao exercício da dimensão lúdica da vida são alguns traços do ethos local.

CULTURA E TURISMO EM ITAPARICA

Para a expansão do turismo torna-se necessário a incorporação de novas áreas exploráveis além dos limites da metrópole; com isso a Ilha de Itaparica foi influenciada na confirmação e expansão de sua vocação como local de turismo/veraneio.

A Ilha de Itaparica é civilização desde o começo da colonização, ponto de apoio da urbanização de Salvador e do Recôncavo. Tem história e dela é testemunha. Herdeira e transmissora de um notável acervo cultural, freqüentemente subjugado pela expressão do natural, num perigoso processo de uso e descarte.

A “condenação” da Ilha de Itaparica em Balneário de consumo de massa, pode sufocar uma civilização nativa que se expressa numa grande variedade de gestos, camuflados pela “corte” que se faz aos veranistas que trazem dinheiro e alternativas sazonais de trabalho.

As expressões culturais dos “nativos” não desapareceram e nem tampouco foram anuladas pela força do efêmero, porém cíclico, veraneio.

Em Itaparica observa-se uma intensa ocupação do seu espaço, com atividades direcionadas ao lazer de massa e ao veraneio. Não obstante os atrativos naturais e culturais que a Ilha dispõe, a feição urbana e sua interface social têm demonstrado sinais de saturação e insustentabilidade no padrão de ocupação e uso do solo. Novas referências de relação do homem com a natureza e sua influência recíproca com o turismo se fazem necessárias para que o encanto e luminosidade do lugar não se esmaçam.

Os municípios de Vera Cruz e Itaparica são constituídos por uma constelação de pequenas comunidades – lugares - específicas em seus misteres, em suas estruturas. Cada lugar tem uma feição própria, uma forma peculiar de arranjar o espaço e o tempo na vida cotidiana de sua gente que constrói as singularidades dos seus jeitos de ser.

A formação histórica, econômica e social de cada uma das localidades que compõem a Ilha de Itaparica tem significados específicos mesmo considerando a unidade política pertinente a cada um dos dois municípios e, por isso, merecem tratamento analítico especial em termos de apreensão do “ethos” cultural e suas respostas às soluções locais frente ao intenso turismo sazonal veranista que afetam substancialmente a Ilha de Itaparica.

BREVES NOTAS CONCEITUAIS

O modo de vida dos moradores está relacionado com as formas contratuais da economia de pequena escala, determinando a estratificação social e os referenciais de percepção do mundo, condicionando a forma de ser e os significados da existência.

A população que habita um território age sobre ele modificando-o e, ao mesmo tempo, sofrendo o efeito das adaptações que lhe permite viver com os recursos existentes na natureza e no meio ambiente.

Enquanto as inter-relações existentes como resultado do trabalho humano na natureza, já Karl Marx (GIDENS, 1986) afirmava que a maneira pela qual os indivíduos manifestam sua vida é sua maneira de ser. Sua maneira de ser conjuga-se à sua produção, tanto àquilo que é produzido, como ao modo pelo qual produzem. O que os indivíduos são, portanto, dependem das condições naturais de sua produção.

Dessa interrelação contínua do homem com o meio ambiente, ao longo do tempo, resultam os costumes, os hábitos, os objetos, as artes, a tecnologia, os preconceitos e os valores materiais e espirituais que formam a cultura. Assim, a população mais o território constituem um sistema físico e cultural, como uma espécie de ecossistema cultural. Por sua vez, o resultado dessa inter-reação população/meio físico vem a se constituir a herança, o acervo cultural, que qualifica e distingue uma sociedade.

Esse acervo cultural deve ser transmitido pela educação ao indivíduo de maneira a permitir que esse membro da população possa integrar-se ao ecossistema cultural sem quebrar as suas relações de equilíbrio.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A temática concernente às relações entre padrões de racionalidade de exploração da natureza e a ocupação do espaço pode nos oferecer a oportunidade de estudarmos um dos aspectos da organização social que suscita leituras da forma como uma sociedade concebe suas relações, tendo em vista os elementos que a estruturam e que se manifestam na configuração do ambiente físico e social.

Identificar e compreender os elementos presentes na maneira de uma sociedade estabelecer os rituais de absorção dos recursos da natureza, possibilita analisar um dos itens essenciais que compõem o ethos, a cultura dessa sociedade.

O conceito de cultura é, naturalmente, polissêmico. Aqui utilizamos a noção de cultura denotando a manifestação da maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou

pessoa. Cultura é um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam, modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes desse código (cultura) que um conjunto de indivíduos, com interesses e capacidades distintas, até mesmo opostas, transformam-se num grupo e podem viver juntos, sentindo-se parte de uma mesma totalidade, conforme perspectiva adotada por Roberto Damata.

Assim, este estudo procura analisar o modo pelo qual determinados segmentos sociais avaliam algumas situações cotidianas em que o espaço, o ambiente natural de uso coletivo são influenciados pelo padrão de exploração econômica pautado na *racionalidade instrumental*, aqui entendida como um conjunto de ações que os homens efetuam tendo em vista um fim específico a ser alcançado. Assim, é a lógica do mercado que perpassa toda a tessitura social, condicionando a sensibilidade humana a estreitos horizontes existenciais. Nesta dinâmica, a sociedade atribui um estatuto à palavra razão, adequando seu significado aos imperativos dominantes inseridos na cultura racional instrumental.

Como afirma Maurice Godelier (DIEGUES, 1983) é o *rationale* de uma dada forma de organização social o elemento-chave na explicação de por que certas sociedades atingem formas de exploração dos recursos naturais renováveis que lhes permitem se reproduzir sem destruir irremediavelmente o meio ambiente, enquanto que outras desenvolvem processos produtivos altamente predatórios e comprometedores das forças naturais.

Antonio Carlos Diegues aduz, realçando que cada forma de produção determina uma maneira específica de exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, as normas boas ou más de utilização da natureza. Cada forma de produção social apresenta, portanto, uma racionalidade própria, indicada pelos objetivos mais gerais de sua reprodução social ao longo da história. Godelier denomina estas normas de *racionalidade intencional*, entendida como um conjunto de regras sociais, conscientemente elaboradas e explicadas que se destinam a atingir certos objetivos societários. (DIEGUES, 1983)

Neste estudo procuraremos responder por que se observa uma tolerância difusa na sociedade quanto à propensão que diversos segmentos sociais manifestam em conduzirem a vida cotidiana tendo como parâmetro a perspectiva da *razão instrumental que orienta diversas ações humanas e que se desdobra na construção social do espaço*

Para possibilitar alcançar uma compreensão adequada deste tema, consideramos pertinente analisar os principais aspectos da cultura que mantenham alguma proximidade com os itens que compõem o objeto de estudo. Com isso, procuramos visualizar possíveis relações que existiriam entre os macroproblemas, de um lado, e, de outro, as microcenos cotidianas que denotam a construção do ambiente influenciado pela cultura. Certamente, essas relações não são facilmente identificáveis, o que nos exigirá a elaboração de expedientes metodológicos que satisfaçam a necessidade de identificar as aludidas concatenações.

Este estudo tem, entre outros, o objetivo de compreender as expectativas plurais dos segmentos das populações de cada comunidade onde ocorreram ações que resultaram na reestruturação do espaço físico e sócio-econômico, modificando o ambiente, como ocorre em Itaparica.

O conhecimento da vida cotidiana possibilita a proposição de uma série de estudos sobre a especificidade dos lugares, o *ethos*, que pode subsidiar planos de ação específicos e de alcance mais extenso.

O modo de ser de um povo, sua vida cotidiana, suas experiências comuns compartilhadas, são fundamentais para a preparação de seu futuro, a partir do desenvolvimento planejado, direcionado para uma nova ordem econômica e social que tenha como referência a lógica da auto-sustentação.

A “condenação” de algumas dessas localidades à mera destinação turística de massa, pode sufocar uma civilização nativa que se expressa numa grande variedade de gestos, camuflados pela “corte” que se faz aos visitantes que trazem, contudo, inusitadas expectativas de trabalho e ganho.

O turismo, por sua vez, pode proporcionar a possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico para diversas áreas do nordeste brasileiro. Entretanto, deve antecipar-se a possíveis efeitos predatórios de uma forma de exploração que, atendo-se, unicamente, ao aspecto econômico da atividade, obriga sua outra face, sociocultural, a assumir posição contestatória.

Justifica e preocupa o fato de muitas localidades baianas serem herdeiras e transmissoras de um notável acervo cultural, frequentemente subjugado pela expressão da dimensão do natural, num perigoso processo de uso e descarte. Há, certamente, a necessidade de preservar, sem folclorizar, o patrimônio cultural dessas comunidades, conjugando uma eficiente utilização de recursos disponíveis com a possibilidade de perenização do destino turístico.

A formação histórica, econômica e social de cada uma das localidades têm significados específicos mesmo considerando a unidade territorial e, por isso, merecem tratamento especial em termos de apreensão do *ethos* cultural e suas respostas às soluções locais frente à intensidade do turismo que afeta substancialmente diversas localidades no Estado da Bahia, entre estas, os municípios que constituem o território da Ilha de Itaparica.

Procura-se perceber essa diversidade e especificidade, para que as proposições de futuro não destruam as tradições e referências que, além de se traduzirem em alternativas inovadoras, se incorporadas ao processo de desenvolvimento econômico, deram e dão sentido à vida dos moradores das localidades baianas onde hajam investimentos voltados à atividade de turismo.

Acrescente-se ainda que, neste estudo, procurar-se-á realizar diagnósticos que propiciem a observância de compatibilidades sociais e ecológicas. Esta perspectiva de sustentabilidade ambiental, no sentido mais amplo, deve oferecer as condições para que haja a conjugação dos interesses empreendedores aos interesses locais, à medida que se configurem como uma nova alternativa econômica, serão realçadas como diferenciais competitivos, capazes de adicionar valor ao produto.

Para tanto será necessário conhecer o caráter de cada localidade, o que pensa sua gente, suas expectativas em relação às necessidades de iniciativas que possam estimular o desenvolvimento regional. A pesquisa a um só tempo, compreende e analisa. Percebe o que são as localidades e como elas se manifestam em relação às instituições responsáveis por projetos direcionados ao desenvolvimento sócio-econômico, o que delas esperam e o que desejam seus habitantes.

Uma pesquisa dessa natureza parte do entendimento de como um povo se organiza e como idealiza seu futuro, passando pela visão crítica que faz das instituições em relação ao processo intensivo de transformação econômica, social e cultural.

É certo que este estudo oferecerá subsídios para a implantação de um plano que promova, junto às comunidades, a assunção de comportamentos que denotem a educação e a formação profissional necessárias para uma equilibrada e profícua convivência com o turismo, tendo em vista as relações sociais desenvolvidas para uma *hospitalidade sustentável*.

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COMO REFERÊNCIA PARA A GESTÃO DO BEM COMUM

Subjaz na problemática que a Ilha vem experimentando a questão da relação entre homem e natureza direcionada à obtenção dos recursos necessários ao custeio da vida; à obtenção dos elementos que propiciem a inserção dos diversos segmentos sociais nas condições que lhes possibilitem sorverem os benefícios dos recursos de consumo coletivo.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável pode oferecer algumas sugestões que nos propiciem o entendimento do problema. Este conceito ganhou evidência em específicas condições históricas. Compõe um processo mais amplo, denominado de

problematização da relação entre natureza e sociedade, suscitada pelo caráter destrutivo do desenvolvimento e a degradação ambiental.

O informe Bruntland - publicado em 1987 - representa a mais difundida tentativa, nos últimos anos, de articular a relação entre natureza e sociedade. O documento intitulado "Nosso Futuro Comum" lançou ao mundo a noção de desenvolvimento sustentável.

Assumindo uma perspectiva diversa daquela inscrita no informe Bruntland, um expressivo segmento de teóricos enfatiza a cultura como instância fundamental de nossa relação com a natureza. Este ponto de vista pode ser denominado de culturalista. Enquanto a perspectiva liberal - presente no informe de Bruntland - considera como inquestionável a racionalidade economicista e científica do ocidente, o discurso culturalista submete à crítica estes pressupostos. Estes são considerados os elementos propiciadores da atual crise ambiental. Assim, o tratamento da natureza como mercadoria é o item fundamental criticado pelos culturalistas. Neste sentido, a ecologia se reduz a uma forma de maior eficiência, conforme observação de Wolfgang Sachs

Realçada pelos culturalistas, as conseqüências da racionalidade economicista sobre a maneira como nos relacionamos com a natureza, constituem o eixo central dos questionamentos de cunho ambiental. Consideram impossível sistematizar a defesa da natureza em termos meramente econômicos, como também concebem ser impossível reconciliar crescimento econômico e ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável intenta fazer esta reconciliação.

Henrique Left propõe uma perspectiva integrada que considere aspectos ecológicos, culturais e produtivos/tecnológicos. Esta perspectiva requer uma construção teórica sobre uma racionalidade produtiva alternativa que incorpore os processos culturais e ecológicos como fundamento do processo produtivo. A cultura é vista como instância mediadora do uso da natureza e da ação do capital. As noções de produtividade eco-tecnológica e racionalidade ambiental, orientariam o processo produtivo. No nível cultural, deve haver uma tradução dos valores e organizações culturais em um princípio de produtividade para o uso sustentável dos recursos naturais. Deve-se criar as condições para o desenvolvimento de formas de democracia e esquemas participativos de planificação e gestão ambiental. A criação de espaços autônomos a nível local nos quais se possa promover projetos alternativos poderia ser uma forma concreta de desenvolver esta estratégia.

A singularidade da cultura do Recôncavo, onde está localizada Itaparica, sugere que devemos adotar perspectiva de atuação que leve em conta as idiosincrasias da região como elementos relevantes no processo de elaboração de projetos de intervenção, direcionados à obtenção do bem comum.

Seria oportuno diagnosticar a realidade e, em um segundo momento, recomendar-se-ia a implantação de um plano que promovesse, junto às comunidades, a assunção de comportamentos que denotem a educação e a formação profissional necessárias para uma equilibrada e profícua convivência com o turismo, tendo em vista as relações sociais desenvolvidas para uma *hospitalidade sustentável*.

Bibliografia

- BAHIA- SEPLANTEC - SEI: *Anuário Estatístico da Bahia*. 1997.
- BUARQUE, Sergio C.: *Desenvolvimento Sustentável : conceitos e desafios*. in : BAHIA- SEPLANTEC - SEI - Análise de Dados- Vol. 6, n.2 - Setembro 1996.
- DAMATA, Roberto: *Você tem Cultura?* Jornal da EMBRATEL, Setembro, 1981 Suplemento cultural.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana : *Povos e Mares : leituras em sócio - antropologia marítima*. São Paulo, NUPAUB - USP, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana: *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Atica, 1983.
- LEFF, Enrique : *Ciencias Sociales y Formación Ambiental*. Barcelona, España, Ed. Gedisa, 1994.

- LIMA, Fernando Roque de: *A Influência do Turismo na Redefinição dos Usos do espaço : Porto Seguro e Itaparica*. Salvador, Faculdades Salvador, Pré-textos para Discussão, n.2 Turismo e Cultura, 1997.
- MARX, Karl. in: GIDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa, Editorial Presença, 2º edição, 1986.
- WEBER, Max : *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, vol. 1, 1992.
- URRY, John : *O Olhar do Turista*. São Paulo, Ed. Studio Nobel: SESC, 1996.